

Política industrial? UMA IDÉIA-ÔNIBUS QUE ACOMODA AS MAIS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES

*Rogério L. Furquim Werneck**

A proximidade das eleições trouxe de volta o debate sobre política industrial. E, com ele, as mistificações de sempre. Mas é inegável que o nível da discussão melhorou. Faz diferença ter à frente do BNDES alguém com idéias lúcidas sobre a questão e vacinado contra propostas estapafúrdias, como mostra a excelente entrevista de Francisco Gros, publicada no domingo passado no **Estado**. A bandeira de “uma nova política industrial” vem encantando a oposição e seduzindo candidatos governistas à cata de idéias que possam livrar suas plataformas da marca do “continuísmo”. Mas não se pode avançar na discussão desta questão sem primeiro deixar claro o que se entende por política industrial. O problema é que a expressão tornou-se uma idéia-ônibus que acomoda interpretações as mais diversas. E, como cada um a entende como quer, há grande estímulo para que a bandeira seja brandida sem maiores qualificações. Quanto menos específica, mais simpatia tende a angariar a proposta.

Como houve no passado um longo e bem conhecido circo de horrores perpetrado sob o manto da política industrial, quando pressionados, os defensores menos primitivos da idéia se apressam a esclarecer que de forma alguma estão pregando a volta ao passado. Não se trata mais de arbitrariamente escolher quais empresas estarão predestinadas a ter sucesso nem de ressuscitar a velha cornucópia de subsídios, explícitos ou velados. Tampouco se trata de dar a determinadas empresas o privilégio de operar em ambiente pouco competitivo e excessivamente acolhedor, protegendo-as de forma desmesurada das importações, ao arrepio dos interesses do resto da economia e da grande maioria da sociedade.

Se não é nada disto, então de que se trata? A resposta mais inteligente, da qual não há como se discordar, é que a política industrial que se contempla é um conjunto de medidas de caráter horizontal que, sem discriminar empresas ou setores, visam aumentar a competitividade da economia e torná-la mais dinâmica. Isto inclui ampla gama de políticas públicas perfeitamente legítimas que vão de programas de treinamento e formação de mão-de-obra ao imprescindível apoio do Estado à pesquisa científica e tecnológica, passando por políticas de fomento ao desenvolvimento regional.

Entre tais iniciativas de política industrial de caráter horizontal vem sendo mencionada até a reforma tributária. O que já envolve certa confusão. O empresariado está mais do que correto quando aponta a irracionalidade do atual sistema tributário como o problema estrutural mais sério com que hoje se debate a economia brasileira. E a crítica mais grave que talvez se possa fazer aos dois governos FHC é não ter o presidente encontrado oportunidade e disposição para mobilizar os recursos políticos requeridos para enfrentar com sucesso a batalha da reforma tributária. Não cabe a menor dúvida de que a questão tornou-se inadiável. E fatalmente estará no topo da lista de prioridades do governo que vai estar tomando posse no início de 2003, qualquer que seja ele. Mas isto não faz da reforma tributária uma medida de política industrial. A reforma envolve algo muito mais básico e mais amplo, que é o redesenho radical da forma espantosamente tosca com que os três níveis de governo vêm extraindo da economia recursos equivalentes a cerca de um terço do PIB. Mencionar a reforma tributária entre as possíveis medidas não passa de tentativa pouco imaginosa de engrossar uma sopa um tanto

rala, quando afinal chegou o momento de abandonar o blablablá e de ser específico sobre propostas grandiloqüentes de uma nova política industrial, que supostamente não replicaria os graves erros do passado.

Além de iniciativas de caráter horizontal, é perfeitamente razoável que se rotule de política industrial um vasto conjunto de medidas de fomento às exportações, que vão da promoção comercial ao financiamento das vendas externas, na linha do que já vem fazendo o governo. E não há dúvida de que, nesta área, muito mais ainda pode e deve ser feito.

Onde o terreno da discussão sobre política industrial se torna subitamente pantanoso é na parte referente a medidas visando a redução de importações. O enfoque dominante que permeia o entusiasmo com tais medidas não é muito diferente do que era nos anos 50. A partir dos dados de comércio exterior, calcula-se o saldo da balança comercial de cada setor. Setores com “déficits” mais vultosos são apontados como áreas prioritárias para redução de importações. (O que atropela a idéia básica de que, para haver ganhos com o comércio internacional, alguns setores devem ser “deficitários” e outros “superavitários”.) E, quando se pergunta que medidas deveriam ser adotadas, há respostas bem variadas. Há quem defenda que as importações devem ser controladas na marra. E quem recomende que as importações sejam reduzidas “sem qualquer prurido ideológico”.

Há também respostas mais cautelosas. Mas que envolvem argumentos que não parecem muito convincentes. A presunção é que existe amplo espaço para “adensamento das cadeias produtivas”. O valor agregado localmente na produção industrial poderia ser aumentado em muito pela substituição de insumos e componentes importados. O que estaria faltando é iniciativa por parte do governo para convencer fabricantes desses insumos e componentes a produzi-los no País. A grande lacuna seria um programa articulado de atração de investimentos. Faltariam aos potenciais fabricantes – gigantescas empresas multinacionais – tanto informações mais precisas sobre o tamanho do mercado como assistência do governo para lidar com empecilhos menores que estariam travando decisões de investimento. Não há porque se opor a um programa de atração de investimentos que funcionasse apenas nessas bases. Mas é difícil acreditar que tal programa vá fazer tanta diferença quanto se apregoa. No caso dos possíveis fabricantes de componentes eletrônicos ora importados, que têm merecido especial atenção nesta discussão, o BNDES parece um tanto cético quanto ao resultado dos esforços que vêm sendo feitos nesta linha. Por outro lado, um câmbio de R\$ 2,70 tende a ser bem mais relevante para destravar decisões de investimento em substituição de importações do que qualquer política de atração de investimentos inspirada neste tipo de diagnóstico.

Afinal, o que se constata é que, se não é para remontar o circo de horrores de proteção e subsídio do passado, é difícil enxergar como “uma nova política industrial” pode vir a se tornar a grande marca diferencial da condução da política econômica a partir de 2003, como muitos querem fazer crer. E, se é para remontar o circo, aí já é outra história. E uma história bastante deprimente.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.